

pré-contratual previsto no artigo 4.º, n.º 1, alínea m) do mesmo diploma.

Sustentou que a atuação da demandada configura práticas comerciais desleais, nos termos dos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de março e reiterou que apesar das substituições e reparações, os aparelhos continuaram a apresentar falhas, tendo o demandante verificado agravamento da sua audição, conforme relatório médico junto aos autos.

1.2. Citada, a Demandada apresentou não apresentou contestação nem se fez representar na audiência de discussão e julgamento arbitral.

*

Nos termos do art.º 297.º n.º 1 e art.º 301.º do Código de Processo Civil, aplicável por remissão do art.º 19.º n.º 3 do Regulamento do CICAP, fixa-se o valor da causa em 5461,90 euros, por ser este o valor da utilidade económica do pedido.

*

Foi realizada audiência de discussão e julgamento arbitral sendo que as partes, apesar de regularmente notificadas não compareceram.

*

Considerando o valor da causa, o facto da demandada não ser aderente do CICAP e o facto de inexistir convenção arbitral, foi determinada a notificação das partes para pronúncia quanto à exceção dilatória da incompetência do tribunal arbitral necessário, em razão do valor da causa.

Foi recebida pronuncia da assistente do demandante quanto à exceção suscitada a qual pugnou pela improcedência da exceção oficiosamente suscitada alegando para tanto, em suma, que a demandada tendo sido citada não apresentou qualquer oposição nem excecionou a incompetência do tribunal pelo que deve ser considerada que aquela parte aceitou tacitamente a jurisdição arbitral.

*

Cumpre decidir:

2. Fundamentação

*

Nos termos dos art.ºs 296.º, 297.º e 301.º do Código de Processo Civil, aplicável “ex vi” art.º 19.º n.º 3 do Regulamento do CICAP, e tendo em conta o pedido formulado pela demandante, verifica-se que o valor da causa se fixa nos 5461,90 euros euros, excedendo a alçada dos tribunais de 1.ª instância (5000 euros).

No que respeita à competência do tribunal arbitral necessário, em razão do valor, determina o art.º 14.º da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, na sua redação atual:

“Artigo 14.º

Direito à proteção jurídica e direito a uma justiça acessível e pronta

1 - Incumbe aos órgãos e departamentos da Administração Pública promover a criação e apoiar centros de arbitragem com o objetivo de dirimir os conflitos de consumo.

2 - Os conflitos de consumo de reduzido valor económico estão sujeitos a arbitragem necessária ou mediação quando, por opção expressa dos consumidores, sejam submetidos à apreciação de tribunal arbitral adstrito aos centros de arbitragem de conflitos de consumo legalmente autorizados.

3 - Consideram-se conflitos de consumo de reduzido valor económico aqueles cujo valor não exceda a alçada dos tribunais de 1.ª instância.

(...)”

Do exposto, e tendo em conta que o valor da causa excede a alçada dos tribunais da 1.ª instância, resulta que a presente demanda não se encontra sujeita a arbitragem necessária.

Ademais:

No que respeita à convenção de arbitragem determina o art.º 2.º da Lei n.º 63/2011 de 14 de dezembro:

“Artigo 2.º

Requisitos da convenção de arbitragem; sua revogação

- 1 - A convenção de arbitragem deve adoptar forma escrita.*
- 2 - A exigência de forma escrita tem-se por satisfeita quando a convenção conste de documento escrito assinado pelas partes, troca de cartas, telegramas, telefaxes ou outros meios de telecomunicação de que fique prova escrita, incluindo meios electrónicos de comunicação.*
- 3 - Considera-se que a exigência de forma escrita da convenção de arbitragem está satisfeita quando esta conste de suporte electrónico, magnético, óptico, ou de outro tipo, que ofereça as mesmas garantias de fidedignidade, inteligibilidade e conservação.*
- 4 - Sem prejuízo do regime jurídico das cláusulas contratuais gerais, vale como convenção de arbitragem a remissão feita num contrato para documento que contenha uma cláusula compromissória, desde que tal contrato revista a forma escrita e a remissão seja feita de modo a fazer dessa cláusula parte integrante do mesmo.*
- 5 - Considera-se também cumprido o requisito da forma escrita da convenção de arbitragem quando exista troca de uma petição e uma contestação em processo arbitral, em que a existência de tal convenção seja alegada por uma parte e não seja negada pela outra.*
- 6 - O compromisso arbitral deve determinar o objecto do litígio; a cláusula compromissória deve especificar a relação jurídica a que os litígios respeitem."*

Verifica-se assim que a convenção de arbitragem deve revestir a forma escrita em obediência aos requisitos consignados na disposição legal supra transcrita, não valendo o silêncio das partes como "aceitação tácita" quanto à submissão do litígio ao tribunal arbitral.

Não consta no processo qualquer convenção, compromisso ou prova de existência de clausula compromissória, que tenham a virtude de submeter o litígio em questão a arbitragem voluntária.

Da consulta à lista de aderentes ao CICAP, não consta que a demandada tenha efetuada adesão ao mesmo.

Da mesma forma, após notificada para pronuncia quanto à questão da

incompetência do tribunal arbitral a demandada não se pronunciou, mais se verificando que não apresentou contestação, mesmo após regularmente citada.

Nestes termos, não estando a presente demanda sujeita a arbitragem necessária, e inexistindo qualquer convenção, compromisso ou clausula que ateste da vontade de ambas as partes em submeter o litígio a arbitragem, verifica-se que este tribunal é incompetente para a apreciação do mesmo.

*

3. Dispositivo

Em face do exposto, nos termos e para efeitos do art.º 18.º n.º 1 e 44.º da Lei n.º 63/2011 de 14 de dezembro, julgo como procedente, por provada, a exceção da incompetência do tribunal arbitral e absolvo a demandada da instância, ficando, desse modo, prejudicado o conhecimento do mérito da causa.

Notifique-se.

Taxa de arbitragem pela parte vencida.

Porto, 18 de agosto de 2025

O Juiz-Árbitro,

(Armando Jorge Ferreira de Sousa)

SUMÁRIO:

O valor da causa excede a alçada dos tribunais da 1.ª instância pelo que, nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, na sua redação atual, a presente demanda não se encontra sujeita a arbitragem necessária.

Conforme resulta do art.º 2.º da Lei n.º 63/2011 de 14 de dezembro, a convenção de arbitragem deve revestir a forma escrita em obediência aos requisitos consignados na referida disposição legal, não valendo o silêncio das partes como “aceitação tácita” quanto à submissão do litígio ao tribunal arbitral.

Não consta no processo qualquer convenção, compromisso ou prova de existência de clausula

compromissória, que tenham a virtude de submeter o litígio em questão a arbitragem voluntária.

Da consulta à lista de aderentes ao CICAP, não consta que a demandada tenha efetuada adesão ao mesmo.

Da mesma forma, após notificada para pronuncia quanto à questão da incompetência do tribunal arbitral a demandada não se pronunciou, mais se verificando que não apresentou contestação, mesmo após regularmente citada.

Nestes termos, não estando a presente demanda sujeita a arbitragem necessária, e inexistindo qualquer convenção, compromisso ou clausula que ateste da vontade de ambas as partes em submeter o litígio a arbitragem, verifica-se que este tribunal é incompetente para a apreciação do mesmo.